



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

292

**Embargos de declaração no recurso de agravo na apelação cível nº 305139-2 –
Comarca do Recife**

Embargante: Município de Vitoria de Santo Antão.

Embargado: Severino Fernandes de Lira.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. ACLARATÓRIOS IMPROVIDO. 1. Os embargos de declaração não são cabíveis para a simples rediscussão da matéria. 2. As questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo a sede aclaratória ao reexame meritório do que já foi decidido. 3. Embargos de declaração à unanimidade improvidos, não se considerando vulnerados os arts. 3º e 21 da Lei nº 5.869/73, pela fundamentação exposta.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração no recurso de agravo na apelação cível nº 305139-2, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 19 de setembro de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Saliente Desembargador Ricardo Paes Barreto

**Embargos de declaração no recurso de agravo na apelação cível nº 305139-2 -
Comarca de Vitória de Santo Antão**
Embargante: Município de Vitória de Santo Antão.
Embargado: Severino Fernandes de Lira.

RELATÓRIO

Cuida-se de embargos de declaração em face de acórdão assim
ementado:

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. REPETIÇÃO DO INDÉBITO DEVIDA. AÇÃO DE COBRANÇA. DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO E FÉRIAS MAIS O ACRÉSCIMO CONSTITUCIONAL. CABIMENTO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. 1. Rejeitada a preliminar de ilegitimidade passiva do Município ora agravante, pois o referido ente federado foi o responsável pelo lançamento indevido dos descontos na folha de pagamento, visto que vinculado ao RGPS e não ao RPPS destinado exclusivamente aos servidores efetivos do Município, segundo preceituam os arts. 5º ao 8º da Lei Municipal nº 3.188/2006. 2. Contrato de trabalho por tempo determinado celebrado de acordo com o art. 37, inc. IX, da CF, regulamentado por Lei. 3. A ação, objeto da controvérsia, visa ao pagamento de verbas trabalhistas decorrentes de serviços prestados ao Município. 4. A jurisprudência pátria já consolidou entendimento que reputa cabíveis o pagamento de férias e 13º salários mais 1/3 constitucional aos trabalhadores admitidos por contrato temporário, mesmo que a legislação de regência não contenha tal previsão, por constituírem prerrogativas tidas como essenciais a qualquer trabalhador pelo ordenamento constitucional. 5. Recurso de agravo improvido unanimemente (RAAC- 305139-2, 2ªCDP, rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 13/06/2013).

O embargante alega preliminar de carência de ação fundada na ilegitimidade passiva do Município no tocante a contribuição previdenciária destinada ao Vitoriaprev, em virtude de ser este o único beneficiário dos descontos.

Por fim, requer o embargante, para fins de prequestionamento, a manifestação expressa acerca dos arts. 3º e 21 da Lei nº 5. 869/73, ditos violados. É o relatório.

VOTO

Busca-se nesta sede, para fins de prequestionar a matéria, o pronunciamento explícito a respeito dos arts. 3º e 21 da Lei nº 5. 869/73.

De início, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva do Município, pois, o referido ente federado foi o responsável pelo lançamento indevido dos descontos na folha de pagamento, o ora embargado já contribuía junto ao INSS, visto que vinculado ao RGPS e não ao RPPS destinado, exclusivamente aos servidores efetivos do Município, segundo preceituam os arts. 5º ao 8º da Lei Municipal nº 3.188/2006.

Desse modo, o aludido Município é responsável solidário com o Vitóriaprev, porque este integra a sua administração indireta e foi por ele instituído, de modo que, muito embora o mencionado instituto seja dotado de autonomia financeira, responde o Município, na ausência de recursos, pela devolução de descontos impróprios, razão pela qual não acolho a prefacial.

No caso em apreço, não há omissão a ser sanada, segundo se depreende da leitura do acórdão, as questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo esta sede aclaratória ao reexame meritório do que decidido, posto que não se presta à simples rediscussão da matéria já amplamente ventilada.

Neste sentido, colaciono jurisprudência do STJ com arestos adiante ementados:

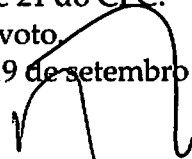
PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Hipótese em que o acórdão embargado foi claro ao decidir que não houve prequestionamento do art. 515 do CPC pela instância a quo 2. Só se admite o conhecimento de matéria de ordem pública, mesmo na ausência de prequestionamento, se aberta a instância especial por outra questão, o que não ocorreu in casu. Precedentes do STJ. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de Declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 52.437/PR, T1, rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 24/04/2012).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER DAS HIPÓTESES DO ARTIGO 535 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL NO ÂMBITO DESTA CORTE. DESNECESSÁRIO. 1. Nos termos do artigo 535 do Código de Processo Civil-CPC, os embargos de declaração são cabíveis para sanar omissão, obscuridade ou contradição, ou ainda para a correção de eventual erro material do julgado, o que não ocorreu. 2. O acórdão embargado dirimiu a lide de forma clara, expressa e fundamentada, conforme se infere da fundamentação transcrita no corpo deste voto. A embargante, ao argumento de ofensa ao dispositivo do Código de Ritos, busca, na verdade, rediscutir decisão que lhe foi desfavorável - no caso a (in)viabilidade de o STJ rever acórdão para afastar ou reduzir a condenação por danos morais, quando o quantum arbitrado não configura desproporcionalidade. A via dos embargos de declaração não se presta para tal propósito. 3. Inexistindo qualquer das hipóteses elencadas no art. 535 do Código de Ritos, devem ser rejeitados os aclaratórios, sob pena de abrir-se a possibilidade de rediscussão da matéria de mérito encartada nos autos e já decidida. 4. Desnecessária a manifestação expressa sobre os dispositivos constitucionais para efeito de prequestionamento. A Suprema Corte considera prequestionada a matéria constitucional pela simples interposição dos embargos declaratórios. 5. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 65.739/RJ, T2, rel. Min. Castro Meira, DJ de 16/03/2012).

Por fim, se há eventual *error in iudicando* por parte do colegiado, este deve ser enfrentado através da interposição de recurso subsequente adequado e em tempo oportuno, não pela estreita via dos presentes aclaratórios, aos quais, por estas razões, nego provimento, não se considerando malferidos os arts. 3º e 21 do CPC.

É como voto.

Recife, 19 de setembro de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator